

FUNDOS INSTITUÍDOS

Nova modalidade deve
mudar perfil da previdência
complementar no país



Fundação sai na frente e vai
administrar plano do Sindicato
dos Médicos de São Paulo

Estacione e ganhe

20%

DE DESCONTO

A cada 6x

1 é GRÁTIS!

É isso mesmo! Quem apresentar o crachá das nossas patrocinadoras ou o Cartão Petros terá direito a **20% de desconto** como mensalista.

Para o estacionamento avulso, a partir da quinta utilização por período de duas horas, o participante poderá guardar o seu carro por mais duas horas **inteiramente grátis!**



-  **Na Cinelândia - o melhor ponto do Rio de Janeiro**
-  **Funcionamento 24h**
-  **Totalmente automatizado**
-  **Segurança absoluta nas dependências e arredores**



O Estacionamento Cinelândia fica próximo ao mais tradicional complexo cultural do Rio de Janeiro. O empreendimento fica a poucos passos da sede da Petrobras, do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Arte Moderna, Cine Odeon BR e Teatro Rival BR, entre outros bens culturais da cidade.



**PETROS**

Tranquilidade
é a nossa marca



Rua do Ouvidor, 98 :: Centro :: 20040-030

Rio de Janeiro :: RJ

Telefone :: (21)2506-0335

Internet :: www.petros.com.br

E-mail :: petros@petros.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente :: Wagner Pinheiro de Oliveira

Diretores :: Maurício França Rubem, Ricardo Malavazi e Sérgio Queiroz Lyra

Secretário-geral :: Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares :: Wilson Santarosa (presidente), Diego Hernandez, Fernando Leite Siqueira, José Lima de Andrade Neto, Paulo Cesar Chamadoiro Martin e Yvan Barretto de Carvalho

Suplentes :: Ari Marques de Araújo, Armando Ramos Tripodi, Henyo Trindade Barreto, Hugo Antônio Fagundes, Nelson Sá Gomes Ramalho e Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO FISCAL

Titulares :: Paulo Teixeira Brandão (presidente), Alexandre Aparecido Barros, Carlos Augusto Lopes Espinheira e Rogério Gonçalves Mattos

Suplentes :: Antônio José Pinheiro Rivas, Marcos Antônio Silva Menezes, Mariângela Monteiro Tizatto e Rodolfo Huhn

revista PETROS

Editor :: Hélio Pereira (Mtb 20.160/SP)

Redação :: Charles Nascimento (subeditor), Renata Telles e Raphaela Moura (estagiária)

Gerência de Comunicação :: Roberto Ferreira

Consultoria :: Washington Araújo

Projeto Gráfico :: DTECH

Diagramação/Arte :: Ila M. Kohen

Ilustração :: Luiz C. Cabral de Menezes

Fotografia :: Américo Vermelho

Impressão :: Bangraf

Tiragem :: 90 mil exemplares

Filiada a



A imagem estilizada de um carro de corrida com a logomarca da Petros na carroceria que ilustra a capa desta edição da **revista PETROS** não é gratuita. Mas, antes que alguém pense que a Fundação criou uma escuderia para se aventurar no mundo da Fórmula 1, aí vai a explicação. A figura simboliza a velocidade com que a Petros responde às demandas da sociedade brasileira e a agilidade com que se adapta aos novos mecanismos legais que lhe permitirão conquistar fatias significativas do mercado de previdência complementar.

Com a aprovação do Conselho Deliberativo, a Petros vai administrar o fundo instituído pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), que conta com 18 mil profissionais filiados. Ou seja, a Fundação larga na *pole position* na disputa por um potencial de 8 milhões de trabalhadores que podem ser incluídos no sistema, segundo estimativas da Secretaria de Previdência Complementar. Ao mesmo tempo em que se fortalece com a adesão de novos participantes, a Petros atende aos anseios de profissionais que até então estavam à margem da previdência complementar.

Criada há relativamente pouco tempo, a figura do instituidor é um mecanismo de inclusão que permite estender a milhões de trabalhadores os benefícios da formação de poupança previdenciária própria. Antes, o ingresso em fundos de pensão estava condicionado à existência de vínculo empregatício. Em outras palavras, para participar de um fundo fechado, o trabalhador precisava ter carteira de trabalho assinada e dependia da adesão de seu empregador à entidade de previdência complementar. Dessa forma, profissionais liberais e autônomos estavam fora do sistema.

Com a criação dos fundos de instituidores, associações, sindicatos, cooperativas e órgãos de classe já podem proporcionar a seus filiados a segurança e a tranquilidade de uma aposentadoria digna. Compromisso de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e antiga aspira-

ção da sociedade brasileira, essa nova modalidade de fundos representam a democratização do acesso à previdência complementar. Além disso, o aporte de recursos dos novos participantes fortalece as fundações e contribui para a formação de poupança indispensável ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Vale lembrar ainda que o projeto de lei que institui as Parcerias Público-Privadas (PPP) foi aprovado, no dia 18 de fevereiro, na comissão especial que analisou a matéria na Câmara dos Deputados e agora segue para apreciação do plenário. E deve-se destacar também que os fundos de pensão são parceiros potenciais em investimentos nos projetos de infra-estrutura, sempre sob rigorosa análise técnica desses projetos e mediante aprovação do Conselho Deliberativo das instituições. Portanto, quanto mais fortes economicamente forem as entidades de previdência fechada, maior será a segurança que elas oferecerão a seus participantes e a contribuição que darão ao crescimento do país.

Assim como a ilustração do carro de Fórmula 1 na capa desta edição, a iniciativa pioneira da Petros também não é fortuita. Ela é fruto de um processo de debates e análises internas que avaliou a capacitação da Fundação para esse novo desafio e também a importância sócio-econômica de atender a esse anseio dos trabalhadores. Por sua vez, a escolha da Petros pelo Simesp para gerir o fundo dos médicos paulistanos também não ocorreu por acaso. Primeira instituição médica do Brasil a criar um fundo instituído, o Simesp escolheu a Petros "por ser uma empresa idônea e sólida", segundo as palavras do presidente do sindicato, José Erivalder Guimarães de Oliveira.

O Simesp foi o primeiro a aderir, mas a Petros já está em negociações com outras entidades associativas. Da *pole position* à bandeirada xadrez, o circuito é longo. Com determinação e competência, a Petros não espera por nada menos que o lugar mais alto do pódio.

DIRETORIA EXECUTIVA

UTILIDADE PÚBLICA

Sou participante Petros aposentado da Petrobras por invalidez devido a uma cirrose hepática causada pela hepatite C. A doença é causada pelo vírus C, que é transmitido pelo sangue ou seus hemoderivados. Ainda não há uma vacina contra a doença, que raramente apresenta sintomas (mais de 90% dos infectados desconhecem que estão contaminados). Por isso, seu quadro clínico pode evoluir para cirrose hepática ou câncer de fígado. Mais da metade dos transplantes de fígado tem como causa a hepatite C. No Brasil, há mais de 3,5 milhões de pessoas contaminadas pelo vírus e a melhor estratégia para combater a chamada "epidemia do século XXI" é informar a população sobre o que é a doença, como detectá-la, prevenir e tratar.

Com a finalidade de divulgar o problema e dar apoio aos portadores do vírus C, fundamos em 19 de maio de 2002, o Grupo Vontade de Viver de Apoio aos Portadores do Vírus da Hepatite C, sediado em Salvador, Bahia. É um grupo sem fins lucrativos e mantido graças a patrocínios, mão-de-obra e doações voluntárias. Nesta data já contamos 306 associados, entre os quais 10 médicos hepatologistas dentre os mais de 20 profissionais da área de saúde.

Como a Petros é uma Fundação sensível aos problemas de saúde, viemos solicitar apoio para o desenvolvimento de atividades pertinentes aos nossos objetivos, adotando a nossa causa e ajudando o grupo naquilo que for possível.

Sugiro a impressão de uma segunda edição da Cartilha Hepatite C e material de divulgação, além da inserção de mensagem divulgando o Grupo Vontade de Viver em todos os contracheques dos aposentados e pensionistas Petros do Estado da Bahia, a exemplo do que já foi feito nas contas de luz e telefone.

Rômulo José Valença Corrêa,
presidente do "Grupo Vontade
de Viver" – matrícula 0135350

Agradecemos a sugestão. Estamos encaminhando seu pedido para análise da Gerência de Operações.

PARTICIPAÇÕES DA PETROS EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS 4º TRIMESTRE 2003

BRASKEM	AGE	20/10/02
HOPI HARI	AGE	29/10/03
BRASKEM	AGE	19/11/03
PETROBRAS	AGE	21/11/03
ACESITA	AGE	28/11/03
FRAS-LE	AGE	28/11/03

AGO - Assembléia Geral Ordinária AGE - Assembléia Geral Extraordinária

As informações complementares quanto às deliberações e votos nas Assembléias estão disponíveis no site da Petros: www.petros.com.br

Fonte: Setor de Participações Mobiliárias – Gerência de Participações

ÍNDICE

5 Proposta

MODELO
PREVIDENCIÁRIO VAI
ENGLOBAR TODAS AS
DEMANDAS

7 Carta-fiança

NOVA MODALIDADE DE
GARANTIA LOCATÍCIA

10 Capa

FUNDO INSTITUÍDO
É APROVADO PELO
CONSELHO
DELIBERATIVO

12 PPP

PROJETO DAS
PARCERIAS VAI AO
PLENÁRIO DA
CÂMARA

13 Infra-estrutura

FUNDAÇÃO PODE
AUMENTAR
INVESTIMENTOS EM
10 VEZES

18 Artigo

COORDENADOR DE
PROJETOS DA SPC
FALA DOS FUNDOS
INSTITUÍDOS

Proposta de modelo de previdência complementar sai em março

Ainda neste mês será apresentado um modelo de previdência complementar que vai incluir os empregados que estão fora do Plano Petros. O grupo de trabalho paritário que estuda a questão agendou para o dia 31 de março a data de apresentação do diagnóstico final. “Também deverão ser apontadas as soluções para o problema do pessoal que aderiu ao plano entre janeiro de 78 e novembro de 79 e demais passivos do Plano Petros”, diz Newton Carneiro, secretário-geral da Fundação.

O dirigente antecipa que, nas primeiras semanas de março, o Grupo de Trabalho de Previdência Complementar (GTPC) – composto por representantes da Petros, Petrobras e FUP/sindicatos – se reúne para dar os retoques finais no documento que conterá as premissas básicas do modelo. “Importante destacar que as discussões, em nível elevado, devem contemplar a ótica tanto da patrocinadora quanto do participante para que tenhamos uma proposta duradoura”, diz Carneiro. “Na realidade, estamos buscando criar um novo modelo de previdência complementar para o Sistema Petrobras.”

Hoje são mais de 4 mil os empregados da companhia impossibilitados de aderir à Petros. “Queremos apresentar uma solução inovadora para que daqui a 20 anos não tenhamos que constituir um novo grupo de trabalho para resolver pendências do passado.”

Prorrogação – O prazo de entrega do relatório final, previsto inicialmente para 10 de janeiro, teve que ser prorrogado, em função da complexidade dos problemas, fato constatado logo nas primeiras reuniões da equipe. “A gente recebeu uma herança muito pesada”, diz o representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) no GTPC, Paulo César Chamadoiro Martin, que também integra o Conselho Deliberativo da Petros. “Foram muitos os pro-

blemas acumulados nesses 33 anos pelas diversas gestões que passaram pela Fundação.”

Só para citar um exemplo, ele destaca a forma de cálculo das pensões. “Estamos lidando com essa e outras questões que podem chegar a valores significativos”, diz o conselheiro eleito. “Afora isso, existem diversas divergências entre o que pensa a patrocinadora e os representantes dos petroleiros.”

Uma das colocações da patrocinadora com a qual os sindicalistas não concordam é quanto a um novo adiamento da conclusão dos trabalhos. “Se houver um esforço concentrado e vontade política de se resolver os problemas, ao invés de se criar dificuldades, vamos conseguir entregar o novo modelo de previdência no dia 31.”

O conselheiro destaca que os petroleiros estão vivendo um momento histórico e têm a oportunidade única de resolver definitivamente demandas que se arrastam há décadas. “Iremos apresentar propostas que beneficiarão mais de 90 mil trabalhadores – da ativa, aposentados e pensionistas – que somado aos familiares atinge um universo de mais de 230 mil pessoas, além dos milhares de participantes que ainda ingressarão em nossa Fundação”, conclui Martin. “Por isso, não podemos cometer erros. As decisões só poderão ser tomadas após um amplo debate com os participantes, que irão aprovar o modelo em assembleias por todo o país.”



Seminário discute o papel dos conselhos

Jamil Ismail

O Novo Papel dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais foi tema de seminário promovido em São Paulo pela Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão) no dia 10 de fevereiro. Cerca de 120 participantes – entre conselheiros deliberativos e fiscais, representantes de sindicatos e entidades ligadas ao setor – tiveram a oportunidade de aprofundar as discussões sobre dois documentos legais tidos como fundamentais para a condução administrativa das entidades de previdência complementar: a Resolução 3121 e o Decreto 4942.

Editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a resolução definiu novas responsabilidades para os conselheiros deliberativos, que passaram a orientar as políticas de investimentos dos fundos de maneira a adequar a rentabilidade dos ativos ao fluxo de pagamento de benefícios. Também os conselheiros fiscais ganharam a atribuição de acompanhar a execução da política de investimentos e interferir mais diretamente no acompanhamento das

atividades dos fundos.

Quanto ao Decreto 4942, as discussões giraram em torno da responsabilização e punição dos dirigentes de fundos em eventuais irregularidades. Além dos dirigentes das entidades de previdência, são passíveis de punição pela SPC executivos das patrocinadoras e até de empresas que prestam serviços às entidades de previdência.

Segundo avaliação do presidente da Anapar, José Ricardo Sasseron, a partir do conhecimento aprofundado e debate acerca da legislação foi possível amadurecer as formas com as quais os conselheiros poderão agir. “A intenção é garantir maior controle e transparência na administração das reservas previdenciárias.”

Um dos painelistas do seminário, o presidente da Petros, Wagner



Hilmar de Moraes (SPC), José Carlos Alonso (Funcfe) e Newton Carneiro (Anapar/Petros) compuseram a mesa durante painel apresentado pelo presidente da Fundação, Wagner Pinheiro

Mudanças na legislação impactam na rotina dos conselheiros e tornam legislação mais rígida no tocante às punições

Pinheiro, destacou a importância das duas instâncias na estruturação da entidade. “O Conselho Deliberativo tem o papel de determinar toda a política organizacional, de investimentos e de planos de benefícios, enquanto cabe ao Conselho Fiscal verificar cotidianamente o cumprimento destas políticas executadas pela Diretoria Executiva.”

Manutenção da política de previdência complementar



Na foto, além do ministro Lando e do secretário da SPC, Adacir Reis, estão os diretores da Anapar Newton Carneiro e Mário Sérgio Castanheira, além do presidente José Ricardo Sasseron.

Em reunião realizada no dia 12 de fevereiro, em Brasília, dirigentes da Anapar solicitaram ao ministro da Previdência, Amir Lando, que seja mantida a política adotada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC). “A gestão atual da Secretaria retomou a credibilidade frente aos fun-

dos de pensão”, salientou Newton Carneiro, diretor financeiro da Anapar e secretário-geral da Petros. A associação tem assento no Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), presidido pelo ministro Lando. Também participou do encontro, o titular da SPC, Adacir Reis.

Carta-fiança garante locação dos participantes

O Banco Rural está concedendo carta de fiança aos participantes, aposentados e pensionistas, interessados nessa nova modalidade de garantia locatícia. O instrumento substitui o fiador, depósito e a carta de garantia do aluguel, recentemente extinta pela Petros em atendimento às normas legais. “A solicitação deve ser feita no setor de atendimento, no Rio de Janeiro, nos postos de Santos e Salvador, ou no representante da patrocinadora mais próximo da residência”, diz o diretor de Administração, Sérgio Lyra.

O requerente deve comparecer pessoalmente aos postos indicados munidos da cópia do contrato de locação do imóvel, da carteira de identidade e do CPF, além do último contracheque (holerite). Se o solicitante tiver alguma pendência junto ao Serasa ou Serviço de Proteção ao Crédito, a



concessão da carta de fiança ficará condicionada à resolução do problema.

O Banco Rural também exige que o valor empenhado esteja dentro da margem consignável do participante, ou seja, o total de descontos, inclusive o montante do aluguel e taxas, não deve ex-

ceder a 70% dos proventos globais – Petros + INSS. “Não é necessário possuir ou abrir conta corrente no banco para ter direito ao documento”, completa o dirigente. “No entanto, a concessão do benefício está sujeita à aprovação de crédito pela instituição financeira.”

Petrobras inaugura escritório na Capital Federal

O escritório da Petrobras em Brasília agora conta com novas instalações para prestar atendimento relativo à Petros e à Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Com a inauguração, empregados e aposentados ganharam mais comodidade para solicitar informações sobre o plano de seguridade ou no que diz respeito aos assuntos relacionados à saúde. Entre as me-

lhorias, a sede agora conta com estações de trabalho informatizadas, sofás e poltronas na sala de recepção.

O chefe de gabinete da presidência da Petrobras, Diego Hernandez, qualificou o escritório na Capital Federal como sendo o coração da companhia. Ele ressaltou que a inauguração caracteriza parte da estratégia que o presidente José

Eduardo Dutra quer ver implantada para cuidar melhor dos trabalhadores da ativa e dos aposentados.

O diretor de Seguridade da Petros, Maurício Rubem, considerou a parceria importante, o que culminou com as recentes melhorias da sede. “O atendimento pessoal deve sempre ser olhado com o carinho que a Petrobras mostra ao promover essa inauguração.”

Fundos brasileiros fazem visita técnica à Austrália

Ao retornar da viagem de intercâmbio feita à Austrália, o diretor Financeiro e de Investimentos da Petros, Ricardo Malavazi, aumentou a convicção de que a capitalização do sistema de previdência privada no Brasil depende do crescimento do mercado de capitais. “A Petros tem o papel de fomentar e de consolidar o segmento acionário do país”, disse. “Essa nova experiência internacional nos dá certeza que o futuro da Petros depende dessa consolidação.”



Ricardo Malavazi

Para o diretor da Petros, o fomento do mercado de capitais vai fortalecer sistema previdenciário do país

Durante os dez dias de janeiro em que permaneceu do outro lado do planeta, Malavazi conheceu um pouco da forma de administração e dos tipos de investimentos dos fundos de pensão australianos. “Eles se diferenciam muito do modelo brasileiro, aproximando-se da sistemática inglesa.” Em média, o fundo de previdência na Austrália tem cerca de 66% do patrimônio aplicado em renda variável. No Brasil, essa média é menor que 30%. A diferença justifica-se porque lá, de acordo com o dirigen-

te, o mercado de capitais é bem desenvolvido, a população tem bom conhecimento do mercado de capitais e, em geral, posição ativa na definição da própria carteira. “Obviamente, isso transfere mais responsabilidade para o participante”, salienta. “Como o mercado acionário australiano é menos volátil que o norte-americano, as implicações dessa escolha não alteram muito o resultado final em termos de reserva de poupança acumulada pelo participante de um fundo de pensão.”

No Brasil, o patrimônio total das entidades fechadas de previdência corresponde a cerca de 16% do PIB. Comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) da Austrália, o capital dos fundos no país corresponde a 70% – cerca de 350 bilhões de dólares. Estimulados por benefícios fiscais, são milhares de entidades em todo país. “Qualquer pessoa pode criar seu próprio fundo de previdência – os *retails*”, explicou. “É um outro conceito, diferente daqui; mais flexível, fruto de um mercado de capitais altamente desenvolvido. O fundo de pensão pode oferecer opções para cada participante decidir o seu perfil de investimento. É outra cultura, próxima da observada nos Estados Unidos e na Inglaterra.”

O evento na Austrália foi organizado pelo maior banco de investimentos local, o Macquaire, e reuniu outros sete fundos de pensão do Brasil. “Também avaliamos al-

guns recursos como índices futuros e de *commodities*, para gerenciar melhor e minimizar os riscos de investimento.”

Além das reuniões com dirigentes de fundos de pensão, a comitiva brasileira manteve encontros com representantes de uma associação que funciona mais ou menos como a Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada). Malavazi ficou conhecendo o estágio atual dos fundos de pensão na Austrália, onde em 1992/93 também ocorreu uma reforma da previdência. Para ele, de lá para cá o sistema tem evoluído bastante no sentido dos gestores ganharem cada vez mais importância. “Conhecemos ainda experiências de investimentos em infra-estrutura”, explicou. “O gestor do empreendimento emite papéis administrados por um fundo, que é vendido em rede bancária. Ou seja, qualquer pessoa pode aplicar como nós fazemos em um Fundo de Investimento Financeiro (FIF).”

Segundo o diretor da Petros, a viagem, além de melhorar o relacionamento com os fundos brasileiros, foi interessante em vários aspectos. “Conversamos com o Macquaire estimulando-o a fazer esse tipo de operação com infra-estrutura no Brasil”, argumentou. “Seria interessante, pois essas oportunidades tendem a ser positivas e casam com as necessidades de rendimento, duração e segurança dos nossos investimentos.”

Novas medidas agilizam encaminhamento de planos à SPC

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) aprovou em 19 de fevereiro a Resolução 8, que fixa novos critérios para elaboração de estatutos, regulamentos e convênios de adesão das entidades fechadas de previdência complementar. A resolução, que substitui a Instrução Normativa nº 27/2001, também trata da documentação para instruir os requerimentos endereçados à Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Segundo o secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, as medidas vão sistematizar e racionalizar o encaminhamento dos processos à Secretaria. "Com isso, as análises poderão ser feitas com maior rapidez, beneficiando diretamente os participantes dos fundos de pensão."

Entre as mudanças aprovadas pelo Conselho está a dilatação dos prazos de encaminhamento dos planos à SPC. Os de contribuição definida dos fundos regidos pela

Lei 109 poderão agora ser enviados até 30 de junho (era 29 de fevereiro) enquanto os de benefício definido e os CDs disciplinados pela Lei 108 terão até 31 de agosto (era 30 de abril).

A decisão de dar mais tempo aos gestores se reverterá em benefício para os participantes, sob a forma de maior rapidez nas aprovações, uma vez que existirão condições para oferecer esclarecimentos às autoridades.

Na avaliação de Reis, o fato de a decisão ter sido tomada pelo CGPC, no lugar de a Secretaria lançar mão de uma instrução normativa, mostra o desejo de valorizar o conselho como órgão normativo. Também lembrou a orientação do ministro da Previdência, Amir Lando, para que os técnicos "trabalhem com afinco para o aprimoramento do sistema".

Durante a reunião do CGPC, os conselheiros Fernando Pimentel (presidente da Abrapp), Ricardo Sasseron (presidente da Anapar)

e Luis Ernesto Gemignani (presidente da Fundação Promon e representante das patrocinadoras) manifestaram satisfação em ver a SPC manter o trabalho que vinha sendo realizado, fiel ao programa do governo, durante a gestão do ministro Amir Lando. Para eles, ficou mais claro que a troca no Ministério da Previdência em nada alterou o esforço que estava sendo realizado de dotar o país de um sistema de fundos de pensão forte e capaz de incluir um maior número de brasileiros.



Adacir Reis

SPC vai virar superintendência

A SPC ganhará status de superintendência, vinculada ao Ministério da Previdência Social. O projeto que prevê a mudança será encaminhado ao Congresso Nacional até o final de junho. Segundo Adacir Reis, com a nova legislação, o governo federal fortalecerá a Secretaria, que passará a ter orçamento e pessoal próprios.

A estrutura a ser criada continuará regulamentando exclusivamente as entidades fechadas de previdência complementar. Os mais de 360 fundos de pensão do país possuem um patrimônio de R\$ 240 bilhões, o equivalente a 16% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

No tocante ao número de participantes, o setor con-

grega cerca de 2,3 milhões de trabalhadores entre o pessoal da ativa e os aposentados, número que, segundo o secretário, tende a crescer bastante com as recentes mudanças na legislação. Ele acredita que a possibilidade de constituir entidades mediante o vínculo associativo vai fomentar o setor.

Em pouco mais de um ano à frente da SPC, Reis reforçou o perfil de instrumento fiscalizador da Secretaria e tratou de harmonizar os institutos criados pela nova legislação (portabilidade e benefício proporcional diferido), de maio de 2001, ainda em fase de assimilação pelas entidades de previdência.



FUNDAÇÃO SAI NA FRENTE E APROVA FUNDO INSTITUÍDO

Petros demonstra seu pioneirismo e vai administrar fundo do Sindicato dos Médicos de São Paulo; segmento é uma das principais apostas das fundações, que faturaram R\$ 240 bilhões em 2003

O Conselho Deliberativo aprovou a administração do fundo instituído pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), que conta com 18 mil profissionais sindicalizados de um total de 65 mil espalhados pelo município. Com isso, a Petros sai na frente e dá um passo importante para se tornar um dos líderes também nesse segmento. “A decisão fortalece ainda mais a Fundação”, diz o presidente Wagner Pinheiro. “Além disso, com a iniciativa contribuimos com a ampliação da previdência complementar para a classe trabalhadora.”

Para o presidente do Simesp, José Erivalder Guimarães de Oliveira, o projeto é uma alternativa importante para a categoria melhorar o benefício da aposentadoria. “Escolhemos a Petros por ser uma empresa idônea, sólida, e com certeza responderá às expectativas daqueles que optarem por essa modalidade de previdência”, explicou. “Sentimo-nos honrados por ser a primeira instituição médica no Brasil a constituir um plano de previdência complementar fechado.”

Uma das vantagens da Fundação é que, por ser multipatrocinadora, não precisou fazer nenhuma alteração em seu estatuto para participar da concepção e agora administração da previdência complementar dos médicos paulistanos. “Já administramos 28 planos e devemos aproveitar essa nossa vasta experiência”, diz o diretor de Seguridade, Maurício Rubem. “Isto só é possível porque a Petros está preparada para dar tratamento individualizado a cada plano, não

havendo possibilidade de transferência de recursos ou liquidez de um plano para outro.”

O dirigente destaca que a Petros segue em negociações com outras entidades associativas “e podemos ter outras novidades nas próximas semanas”, finaliza Rubem. O novo fundo está agora sob apreciação da Secretaria de Previdência Complementar.

Mudança de perfil – O principal diferencial dos fundos instituídos, criados basicamente por entidades ou associações de classe, é o fato de independermos de uma patrocinadora para serem criados, pois as contribuições são feitas somente pelos participantes. A introdução dessa modalidade deve alavancar o segmento e mudar o perfil do mercado de previdência complementar no Brasil (**ver matéria na página ao lado**).

Segundo o coordenador de projetos especiais da SPC, Carlos de Paula, o Ministério tem expectativas muito positivas com relação ao potencial dos instituídos. “Já foram aprovados cinco fundos e há mais 10 em análise”, revela o coordenador. “Acreditamos que inicialmente essa modalidade possa atrair pelo menos 700 mil novos participantes”. Segundo estimativas da Secretaria, o potencial total do país é de 8 milhões de pessoas que poderiam ser incluídas no sistema de previdência complementar. A meta da SPC é dobrar os atuais 2,3 milhões de participantes num prazo de quatro ou cinco anos (**ver artigo na página 18**).

Espetáculo do crescimento bate à porta das fundações

Ainda em fase de maturação, os números dessa nova coqueluche do segmento ainda não são significativos. Desde a criação dos primeiros fundos instituídos, em julho de 2003, não chegam a 30 mil o número de participantes inscritos. Apesar disso, as entidades fechadas demonstraram no ano passado uma impressionante vitalidade e encerraram o exercício de 2003 com um patrimônio calculado em R\$ 240 bilhões. O resultado representa um avanço real de 26% em comparação a 2002, segundo estimativas da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Ao comentar o resultado, o secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, previu que os próximos anos serão ainda mais promissores para o setor. Segundo ele, os fundos devem entrar numa trajetória de crescimento sustentável, com a participação no PIB (Produto Interno Bruto) evoluindo de 15% para 25%. "Isso significa estímulo à atividade produtiva, à capitalização das empresas, aumento da poupança interna e dignidade do trabalhador brasileiro."

Embora compartilhe de perspectivas otimistas para este ano, o presidente da Abrapp, Fernando Pimentel, acredita que uma maior flexibilização das leis aceleraria os passos na caminha-

da rumo ao crescimento do sistema de previdência complementar. "Os fundos de pensão são detentores da poupança de longo prazo no país", disse. "São entidades capazes de financiar projetos de longa maturação e importantes para o crescimento sustentável."

Impulsionados pelas novas regras do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), as fundações devem continuar alavancando suas carteiras patrimoniais. Estudos elaborados pela Fundação Getúlio Vargas, apresentados em São Paulo por ocasião do 24º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, realizado no mês de outubro, deixaram os executivos rindo à toa. O documento diz que o capital das fundações em 2005 deverá atingir R\$ 260 bilhões, o que significará um aumento de 37% em relação aos números consolidados no final de 2002 – R\$ 189 bilhões.

Quem acha esses valores elevados toma um susto ao deparar com as projeções para o final da década. De acordo com estimativas da própria Fundação Getúlio Vargas, o patrimônio das entidades fechadas deverá atingir R\$ 442 bilhões em 2010, um crescimento de 133%. Para isso, novamente as apostas dos pesos-pesados da economia recaem sobre o potencial dos fundos instituídos.

Vinte hipóteses de cenários econômicos fundamentaram os estudos. Segundo Pimentel, no entanto, a escolha recaiu sobre a hipótese mais conservadora. Portanto, os números poderão ser maiores, dependendo do comportamento da economia.

Parece mesmo haver espaço para o mercado previdenciário ser fomentado com grande intensidade. E o exemplo vem novamente dos fundos instituídos: dirigentes do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, o primeiro instituído a entrar em operação no país, foram surpreendidos pela procura. Apenas dois meses após o lançamento, o número de adesões chegou a 2.400, segundo o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos, superando as expectativas mais otimistas.

Patrimônio das entidades somou R\$ 240 bilhões em 2003 e, de acordo com estimativas da Secretaria de Previdência Complementar, em breve, devem evoluir de 10% para 25% do PIB

Projeto das PPP avança no Congresso

O projeto de lei que institui as Parcerias Público-Privadas (PPP) foi aprovado, no dia 18 de fevereiro, pela comissão especial que analisa a matéria na Câmara dos Deputados e agora segue para apreciação do plenário. O tema foi amplamente debatido antes de ser colocado em votação, inclusive pelos fundos de pensão, um dos potenciais parceiros dos projetos de infra-estrutura.

No dia 3 de fevereiro, a comissão realizou audiência pública para ouvir os questionamentos dos representantes das três maiores entidades fechadas de previdência complementar do país – Previ, Petros e Funcef. “Os fun-

Apesar da ressalva, o dirigente fez questão de manifestar o interesse da entidade em participar de futuras parcerias público-privadas. “O projeto da PPP é uma engenhosa solução para a necessidade de investir em infra-estrutura e muito útil nesse novo momento em que se vislumbra o crescimento da economia do país.” No entanto, Pinheiro lembra que para fazer parte da carteira da Petros, esses investimentos devem assegurar boa rentabilidade, segurança e liquidez para não pôr em risco o patrimônio dos participantes.

Seguindo a mesma linha, o presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, informou que parte dos recursos dos fundos (estimados em R\$ 240 bilhões) pode ser encaminhada para as PPP, “desde que haja maiores garantias de retorno”.

Para o presidente da Previ, Sérgio Rosa, a maior ou menor participação dependerá da liquidez do projeto. Ele acha difícil calcular o potencial de investimentos dos fundos em infra-estrutura, mas arrisca prever recursos da ordem de R\$ 4 bilhões a R\$ 10 bilhões.

Garantias – Os gestores das três fundações são unânimes em apontar que, depois que os juros pagos na renda fixa perderam atratividade, as entidades fechadas estão se voltando para os investimentos em renda variável. Pela Resolução 3121, do CMN, os fundos de pensão podem investir até 50% de seus ativos em renda

variável – a participação da Petros hoje é de menos de 17%.

Outra condição imposta pelos fundos é que as taxas de retorno sejam maiores do que as garantidas por títulos públicos federais – a rentabilidade desses papéis hoje está em torno de 9,5% em termos reais, descontada a inflação. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, concorda com a ponderação dos fundos. Segundo ele, isso não é difícil para os projetos no setor de infra-estrutura (principal alvo da PPP), “que costumam apresentar rendimento de 12% a 15% ao ano em termos reais”.

Fundo fiduciário – O projeto aprovado pela comissão inclui o prazo máximo de 35 anos para os contratos e a instituição de um fundo fiduciário para garantir o pagamento dos contratos. Os fundos poderão ser constituídos por ações, títulos, recursos orçamentários, imóveis e móveis da União. O texto incorpora também as mudanças feitas pelo relator Paulo Bernardo (PT-PR) para assegurar o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e evitar que Estados e Municípios desrespeitem os limites de endividamento.

Segundo Bernardo, a matéria deverá ser apreciada pelo plenário da Câmara dos Deputados ainda na primeira quinzena de março. O parlamentar acredita que o governo deve tentar reintroduzir no texto o critério de precedência de pagamentos para as empresas que optarem pelas PPP, como era desejo expresso do ministro Guido Mantega.

Plenário decide apreciar o texto na primeira quinzena de maio; projeto foi amplamente debatido antes de votado pela comissão

dos de pensão têm um caminho para concretização de investimentos que passa por análise técnica, pelo Comitê de Investimentos, pela Diretoria Executiva e, quando for o caso, pelo Conselho Deliberativo”, afirmou na ocasião o presidente Wagner Pinheiro. “Além disso, na Petros, especificamente, existe deliberação para que todos os projetos de infra-estrutura sejam analisados pelo Conselho Deliberativo.”

Incremento no setor elétrico e na construção de rodovias

A Fundação planeja aumentar seus investimentos no setor elétrico e de rodovias em 2004, em busca de maiores retornos, à medida que a taxa de juros cai. A declaração do presidente Wagner Pinheiro foi proferida durante seminário da "Bloomberg" para discutir o setor de energia, realizado no dia 28 de janeiro. "Planejamos investir entre R\$ 1 bilhão (US\$ 348 milhões) e R\$ 2 bilhões em projetos de infraestrutura."

A julgar pelo total aportado nesse tipo de projeto em 2003 (R\$ 530 milhões), a previsão é bastante ambiciosa. "Com a redução nas taxas de juros, precisamos adaptar os investimentos para atingir nossas metas de retorno", disse Pinheiro. "Conseqüentemente, estamos buscando investimentos com prazos mais longos."

O dirigente lembra que os fundos de pensão têm que fornecer aos pensionistas um retorno anual sobre seus investimentos de pelo menos 6% mais a taxa de inflação do IPCA para poder suportar os pagamentos de benefícios. A taxa de referência do governo, que atualmente é de 16,5%, poderá cair até quatro pontos percentuais em 2004, informou texto divulgado recentemente no jornal "Folha de S.Paulo" citando José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil. Espera-se que o índice de inflação

do IPCA atinja 5,5% neste ano, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Pinheiro informou ainda que o fundo planeja investir em concessões para a construção de novas rodovias e em projetos para a expansão da distribuição e de linhas de transmissão de energia elétrica. A Petros, segundo informou, também está interessada na compra da dívida da Usina Hidrelétrica de Tucuruí para o financiamento da sua expansão.

Petrobras – O diretor financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, falando no mesmo evento, declarou que a companhia pretende investir US\$ 1 bilhão até 2007 no desenvolvimento do mercado de gás brasileiro. Segundo ele, os re-

ursos serão concentrados em projetos para a interligação de redes. "Os nossos investimentos serão em gasodutos, políticas de expansão e projetos para viabilizar o gás como fonte energética e não elétrica", afirmou.

Prioridade são investimentos com prazos mais longos para atingir metas de retorno

Gabrielli disse ainda que a estatal pode fazer ainda investimentos adicionais em gasodutos que farão a interligação entre as regiões Sudeste e Nordeste. Enquanto o Sudeste tem oferta excedente de gás, o Nordeste sofre com a falta desse produto. "A intenção é criar um anel nacional de gasodutos e diversificar os distribuidores de gás."



Vem aí o 2º Seminário Internacional dos Fundos de Pensão

Reunião realizada no dia 17 de fevereiro, em São Paulo, deu a largada para o 2º Seminário Internacional dos Fundos de Pensão, que será realizado entre os dias 7 e 9 de julho, no Rio de Janeiro. O megaevento, que contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá entre seus expositores e na platéia dirigentes de fundos de pensão e fundos de investimento do exterior, especialistas estrangeiros e brasileiros e investidores nacionais e estrangeiros.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) promete para os próximos dias o envio do programa e da ficha de inscrição nos eventos para todas as associadas. A Abrapp alerta que os fundos de pensão que inscreverem seus representantes até 7 de maio pagarão um valor cerca de um terço menor, isto é, R\$ 200,00, pela participação no 2º Seminário Internacional dos Fundos de Pensão, e mais R\$ 800,00 pela conferência.

Quanto aos temas do seminário internacional – que espera repetir o sucesso da edição inaugural realizada no ano passado –, já está definido que a palestra de abertura versará sobre “Mercados Emergentes, Política Fiscal, Investimentos e Desenvolvimento Sustentado – A Experiência do Brasil e a Visão do BID”. Os painéis vão tratar das seguintes questões: “Governança dos Fundos de Pensão: o Papel dos Participantes e Patrocinadores nos Processos Decisórios”, “Estratégias de Investimentos e Mercados Globalizados – Critérios de Diversificação para Mercados Emergentes” e “Seguro de Passivo Atuarial e Gestão de Riscos”. A plenária de encerramento promete ser concorrida pois vai focar um dos assuntos mais de-

batidos pela mídia, governo, investidores e fundos de pensão nos últimos meses: “Parceria Público-Privada – Experiência Internacional e a Proposta Brasileira”.



Organizadores esperam repetir sucesso do evento realizado em maio do ano passado

Edição deste ano será realizada conjuntamente com a Conferência de Governança Corporativa

Governança Corporativa – Investidores apostam nos emergentes

Paralelamente ao 2º Seminário Internacional de Fundos de Pensão, o Rio de Janeiro sediará aquele que é considerado o principal evento de governança corporativa do mundo: a 10ª Conferência Anual da International Corporate Governance Network (ICGN). Realizado pela primeira vez em um país emergente, o encontro reunirá os principais investidores, que movimentam mais de US\$ 10 trilhões.

Entre os participantes, estarão os grandes fundos de pensão e de investimentos dos Estados Unidos, Europa e Ásia. Pesos-pesados como o Calpers, maior fundo do mundo, pertencente aos funcionários públicos da Califórnia, e o TIA-CREF, que

congrega os professores de Nova York, já confirmaram presença. Ambos foram visitados no ano passado pelos presidentes da Petros, Previ e Funcef e desde então vêm trocando experiências com as entidades previdenciárias do Brasil.

Os três maiores fundos do país, aliás, são apoiadores de primeira hora do Congresso, que espera a presença de 600 investidores, metade deles do exterior. Com a realização do evento pela primeira vez no Hemisfério Sul, os organizadores querem demonstrar a confiança nos países emergentes, um mercado com elevado potencial de crescimento e uma aposta certa para os próximos anos.

Participantes de Sergipe estão bem representados

Mileno Carvalho e Talvanes Toledo, presidente e secretário de assuntos estratégicos da Aspene/Sergipe (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras), respectivamente, desembarcaram no Rio de Janeiro, dia 9 de fevereiro, onde se reuniram com o diretor de Seguridade da Petros, Maurício Rubem. Na pauta do encontro, o Plano Petros, ações junto ao INSS, pendências jurídicas e administrativas de interesse dos aposentados.

Também tiveram audiência com a área jurídica da Petrobras e quatro regionais do Sindipetro (Alagoas/Sergipe, Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Norte Fluminense) acerca dos processos da URP. Na Petros, solicitaram ainda um suporte para treinamento das atendentes da Aspene junto à área de Operações, com objetivo de aprimorar os serviços prestados aos associados.

Desde 1987, quando foi criada, é assim: a associação tem ganhado notoriedade na luta em defesa dos direitos dos participantes. Atualmente, graças à boa desenvoltura administrativa, coordena as associações do Sistema Petrobras – Sergipe, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Santos e Rio de Janeiro – e muito em breve será eleita e empossada a nova diretoria da Federação, que congregará todo o grupo. Os trâmites legais já foram resolvidos, faltando apenas a reunião final. “Se o Brasil já fosse um país de primeiro mundo, não precisaríamos de entidades para defender os cidadãos

porque os direitos seriam respeitados”, argumenta Carvalho. Embora reconheça que a abertura implantada pelas novas gestões da Petros e Petrobras tenha facilitado o trabalho. “O debate não era como hoje, melhorou muito a relação com os trabalhadores.”

O corpo diretivo, que está em seu terceiro mandato consecutivo, conta com 30 diretores, divididos entre a diretoria executiva e três conselhos: Fiscal, de Ética e Consultivo. Eles ficarão no comando da Aspene/Sergipe até 2006, quando serão realizadas as próximas eleições. “É um trabalho voluntário”, explica Carvalho. “Não somos remunerados, apesar de muita gente achar que recebemos algum tipo de salário ou gratificação.”

O segredo para permanecer tanto tempo à frente da associação, é um só: vigilância e seriedade no que diz respeito à defesa dos direitos dos aposentados, combinada com a atuação na revitalização do Plano Petros. Essa opinião é compartilhada pelos dois dirigentes. “Confiamos plenamente nos gestores da Petros e da Petrobras, por isso acreditamos que as divergências serão resolvidas da melhor forma possível”, acrescenta Talvanes, que também destaca o intercâmbio com outras entidades representativas dos petroleiros. “Mantemos bom relacionamento com o sindicato, Petrobras, Cepe, Ambep, Aepet, inclusive com a celebração de parcerias.”

Para não correr o risco de ficar em desacordo com os aspectos le-

gais, os dirigentes seguem a legislação ao pé da letra. O novo estatuto que começou a vigorar a partir de dezembro de 2003, por exemplo, já se encontra adequado ao novo Código Civil.

Com 1.540 associados, a Aspene/Sergipe oferece suporte jurídico, auxílio-funeral, serviço social (plano de saúde e odontológico para os dependentes com a idade limite na AMS, mutirão de



Mileno e Talvanes são conhecidos dos petroleiros. Eles ingressaram no sistema na turma de 1966

saúde, palestras, posto Petros e excepcionalmente empréstimos emergenciais), além de promover viagens turísticas e cursos. A entidade mantém convênio com mais de 100 estabelecimentos comerciais, que vão desde casas de espetáculos a postos de gasolina, oferecendo condições especiais aos associados. Podem se associar todos os aposentados e pensionistas vinculados à Petros. A contribuição mensal corresponde a 1% do salário bruto (INSS+Fundação). “Nosso lema é tornar a Aspene cada vez mais forte para defender os direitos dos aposentados”, finalizou Talvanes.

Resumo dos números de dezembro/2003

Fundação investiu R\$ 20,7 bilhões no mês; desse total, 71,10% foram em renda fixa

Resultado da Petros

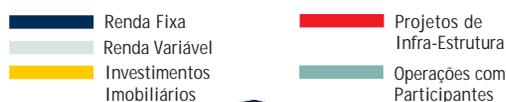
Janeiro a Dezembro/2003 (milhões de reais)

Descrição	Valores
Receita de contribuições das patrocinadoras e participantes	679
Benefícios pagos aos participantes*	-1.362
Despesas administrativas	-66
Fundos administrativo/Outros	-85
Subtotal A	-834
Reavaliação dos compromissos com pagamentos de benefícios*	B -4.486
Subtotal C=A+B	-5.320
Resultado dos investimentos	D 3.852
Déficit Técnico do período	E=C+D -1.468
Déficit Técnico acumulado em 31/12/2002	F -827
Déficit Técnico em 31/12/2003	G=E+F -2.295
Ajuste de Títulos mantidos até o vencimento	H 55
Equilíbrio Técnico em 31/12/2003	I=G+H -2.240

* Os benefícios incluem o pagamento de aposentadorias, pensões, pecúlios e auxílios.

Investimentos da Petros

R\$ 20,7 bilhões em Dezembro de 2003



FONTE:
Gerência de Controle

Situação Patrimonial da Petros

Dezembro/2003 (milhões de reais)

Descrição	Valores
Patrimônio para cobertura dos compromissos	A 21.565
- Investimentos	20.660
- Contribuições a receber e outros ativos	939
- Outras obrigações	-34
Fundos	B -557
C = A + B	21.008
Compromissos com benefícios já concedidos*	D -16.001
Disponível para benefícios a conceder*	E = C + D 5.007
Compromissos com benefícios a conceder*	-7.247

Resultado em 31/12/2003 -2.240

* Os benefícios incluem o pagamento de aposentadorias, pensões, pecúlios e auxílios.

Rentabilidade dos Investimentos Petros

comparada a referências de mercado (variação %)

Referencial/Investimento	Dezembro/2003
CDI	1,37
Renda fixa sem NTN-B - Petrobras	1,46
Operação com participantes	1,31
Ibovespa	10,98
Carteira de ações (giro)	10,26
IBX	16,30
Fundos de small caps	15,07
Metarial (IPCA + 6% ao ano)⁽¹⁾	0,83
NTN-B - Petrobras	0,97
Carteira de ações (permanente)	5,23
Investimentos imobiliários	-5,62
Projetos de infra-estrutura	1,72
Referencial Ponderado	2,19
Total dos Investimentos	2,12
IPCA de Dezembro	0,52

IPCA defasado em um mês ⁽¹⁾

Fonte: FIN/RC - Econômica

Calendário de Pagamento de Benefícios Petros

Mês	Data do Crédito	Mês	Data do Crédito
Março/2004	25	Junho/2004	25
Abril/2004	25	Julho/2004	25
Mai/2004	23	Agosto/2004	25

Um petroleiro em verde e rosa

O personagem deste mês carrega como herança o nome de um dos maiores expoentes da música brasileira: o maestro César Guerra Peixe (1914-1993). Se o assunto é o parentesco, no entanto, o petroleiro aposentado Fernando Antônio Guerra Peixe desconversa. “Sou sobrinho dele”, confessa, mas sem maiores detalhes. Também nasceu em Petrópolis, a exemplo do orquestrador e compositor, mas no que se refere às preferências musicais, as semelhanças param por aí.

Guerra, como é conhecido nos bastidores do Carnaval, é diretor cultural da verde-rosa, sua escola de coração. Chegou em 1987, por intermédio do colega de trabalho Ademir Zeferino de Souza (Gargalhada), já falecido. Pouco mais tarde, integrava a ala Petromanga – Petrobras-Mangueira –, formada por 70 empregados da Companhia. Em 1997, a convite do então presidente Elmo dos Santos, passou a integrar o departamento cultural.

Entre os anos de 1998 e 2001, eleito diretor cultural, representou a escola junto à Fundação Roberto Marinho na elaboração do Centro de Memória em Verde e Rosa. Continuou no cargo após o atual presidente, Álvaro Caetano, assumir. Desta vez, com a incumbência de representar a Mangueira no Centro de Memória da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa). “Estou levantando a história da Estação Primeira em sambas-enredos para que possamos fazer uma coletânea de CDs”, diz. “Serão sete gravações intituladas Mangueira Definitiva”. O primeiro disco, com 14 sambas-

enredos, já foi gravado em parceria com o Ministério da Cultura e eles buscam recursos para gravar o restante.”

O petroleiro sabe a importância de sua função. Conhece cada cantinho da sede, na rua Visconde de Niterói. A sala de troféus é trancada a sete chaves, mas do saguão, através do vidro, dá perfeitamente para ver o acervo, que conta a história de 75 anos de conquistas. O anfitrião apresenta ainda o camarote vip, depois a sala de memória, onde é possível fazer um passeio pela história da escola. São livros, revistas, fotos, CDs, documentos, tudo carinhosamente catalogado. Entre as preciosidades, o primeiro exemplar do jornal “A Voz do Morro”, de 1935, com editorial escrito por Carlos Cachça. “A Mangueira não é uma escola de samba, é uma escola de vida.” A frase já virou jargão na comunidade, mas é verdadeira. Guerra orgulha-se dos bons resultados colhidos com os projetos sociais, principalmente no esporte. Todos os ex-presidentes do Brasil, segundo ele, visitaram a Mangueira desde a sua fundação em 1928. “Falta o Lula, que só veio aqui como candidato”, lamenta. Bill Clinton, quando estava à frente da Casa Branca também compareceu.

Centenas de personalidades do mundo do samba renderam-se aos encantos da verde-rosa ao longo de quase oito décadas. Nelson



Como diretor cultural, Guerra é um dos responsáveis pela preservação da tradição mangueirense

Cavaquinho, por exemplo, era soldado da PM e apaixonou-se pela Estação Primeira durante as rondas. De tanto interromper o serviço para cantar, tocar e beber – não necessariamente nessa ordem – largou a farda para virar sambista em tempo integral. Essas e outras histórias constam do Centro de Memória. Se desejar, o folião pode obter mais informações sobre a escola na página www.mangueira.com.br.

Guerra Peixe foi admitido na Petrobras em 1959, para o serviço de terraplenagem da Fábrica de Borracha Sintética (Fabor). Dez anos depois, já na Petroquisa, foi eleito funcionário-padrão. Em 1970, representou a Sindiquímica junto à Comissão Disciplinar. Transferido para o Edise em 1975, foi diretor tesoureiro do Círculo dos Empregados da Petrobras (antigo Ciepe-Rio) por quatro anos – 1976 a 1980 –, além de presidente da Cipa do edifício-sede por duas vezes (1986 e 1989). Aposentou-se em 1992, com 33 anos de serviços.

A nova dinâmica dos Fundos de Pensão – Os Instituidores

Carlos de Paula*

Os fundos de pensão constituídos por associações, sindicatos, cooperativas e órgãos de classe, conhecidos também como “*fundos de instituidores*”, representam para o sistema fechado de previdência complementar a grande novidade dos últimos anos.

O acesso aos fundos de pensão, por meio do vínculo associativo, propiciará uma nova dinâmica ao segmento, posto que este novo mecanismo consiste essencialmente em estender a milhões de trabalhadores a oportunidade de formarem poupança previdenciária própria. É importante lembrar que, até pouco tempo atrás, o ingresso em fundos de pensão estava condicionado à existência de vínculo empregatício.

Embora sua regulamentação tenha ocorrido com base na Resolução CGPC 12/2002, um passo importante para os planos de instituidores foi o aprimoramento trazido pela Resolução CGPC 03, de 22 de maio de 2003, que permitiu ao empregador efetuar contribuições voluntárias de caráter eventual em favor de seus empregados. Esta medida é uma opção atraente para aqueles empregadores, com visão mais ampla de Recursos Humanos, que têm interesse em ajudar seus colaboradores na formação de uma poupança previdenciária.

Vale ressaltar também que os empresários, por meio de negociações coletivas, serão convidados pelas entidades associativas instituidoras a aportar recursos para esses planos de aposentadoria complementar, fato que propiciará uma nova dimensão nas hipóteses de modelagens de planos previdenciários.

Em relação à segurança dos novos fundos, além dos mecanismos já previstos na Lei Complementar 109/2001, a Secretaria de Previdência Complementar vem tomando todos os cuidados para que as novas entidades e seus respectivos planos sejam estruturados em ambiente de plena solidez.

Neste sentido, o estímulo à criação desses novos planos em entidades já existentes, a exemplo da Petros, tem sido objeto de orientação. Além dos custos de implantação serem consideravelmente inferiores, outros fatores, como a experiência de uma EFPC em funcionamento, poderão contribuir para o rápido amadurecimento do próprio instituidor, em relação às questões do sistema fechado de previdência complementar.

Até o momento, a Secretaria de Previdência Complementar já aprovou cinco planos e outros 10 estão em fase conclusiva de análise. A SPC, por meio da Coordenação-Geral de Projetos Especiais e Fomento, tem conhecimento de aproximadamente 30 pedidos que estão em fase de negociação e devem ser apresentados nos próximos dias.

Enfim, com o objetivo de cumprir compromisso de governo assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, ao mesmo tempo, atender a uma legítima e antiga demanda da sociedade, estamos procurando materializar a democratização do acesso aos fundos de pensão, deflagrando com isso um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária brasileira.

*Coordenador-geral de Projetos Especiais e Fomento da Secretaria de Previdência Complementar



“Este novo mecanismo consiste essencialmente em estender a milhões de trabalhadores a oportunidade de formarem poupança previdenciária própria”

ATUALIZAÇÃO DO GUIA DAS EMPRESAS CONVENIADAS



Veja aqui a relação dos novos estabelecimentos que fizeram convênio com o Cartão Petros até fevereiro de 2004. Guarde junto com o seu Guia das Empresas Conveniadas

BELEZA E ESTÉTICA

DERMO FACE WELLNESS CENTER

10% SOBRE OS PLANOS DA ACADEMIA E NOS SERVIÇOS DA CLÍNICA DE ESTÉTICA, À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU CARTÃO DE CRÉDITO.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. MARINO DA COSTA, 67 - ILHA DO GOVERNADOR
TEL.: (21) 2462-8086

ALOE VERA COMPANY

15% À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU CARTÃO DE CRÉDITO NAS COMPRAS DE PRODUTOS E 10% NOS TRATAMENTOS FACIAL E CORPORAL.

• SANTOS - SP

R. GOITACAZES, 06 - CONJ. 81 - GONZAGA
TEL.: (13) 3284-3327

SPÉ, O SPA DO PÉ

10% À VISTA EM ESPÉCIE OU CHEQUE NAS LINHAS DE PRODUTOS E NOS SERVIÇOS DE PODOLOGIA. DESCONTO NÃO CUMULATIVO.

• RIO DE JANEIRO - RJ

AV. DAS AMÉRICAS, 700 - L.J. 217 - BARRA DA TIJUCA
TEL.: (21) 2132-7086

R. DA QUITANDA, 50 - L.J. F - CENTRO

TEL.: (21) 2507-3302

AV. N. SRA. DE COPACABANA, 1.066 - L.J. C - COPACABANA - TEL.: (21) 2523-8430

R. DO CATETE, 338 - L.J. 10 - FLAMENGO

TEL.: (21) 2205-4106

ESTR. DO GABINAL, 313 - L.J. D - FREGUESIA

TEL.: (21) 2443-8899

R. MAQUÊS DE SÃO VICENTE, 124 - L.J. 225 - GÁVEA

TEL.: (21) 2529-2433

R. COLINA, 181 - ILHA DO GOVERNADOR

TEL.: (21) 3383-8732

R. VISCONDE DE PIRAJÁ, 595 - L.J. 109 - IPANEMA

TEL.: (21) 2259-2403

R. MARIA ANGÉLICA, 171 - L.J. 113 - LAGOA

TEL.: (21) 2539-7398

AV. ATAULFO DE PAIVA, 1.079 - L.J. 208 - LEBLON

TEL.: (21) 2511-2583

ESTR. DO PORTELA, 99 - LJS. 225/226 - MADUREIRA

TEL.: (21) 2464-5306

R. DIAS DA CRUZ, 188 - L.J. 329 - MÉIER

TEL.: (21) 3273-1085

AV. DAS AMÉRICAS, 15.511 - L.J. B - RECREIO

TEL.: (21) 2437-4437

ESTR. DA GÁVEA, 712 - SL. 502 - SÃO CONRADO

TEL.: (21) 3323-8102

R. URUGUAY, 329 - L.J. 20 - TIJUCA

TEL.: (21) 2278-7552

• NITERÓI - RJ

ESTR. FRANCISCO DA CRUZ NUNES, 7.545 - L.J. 107
ITAIPU - TEL.: (21) 2608-1314

• PETRÓPOLIS - RJ

R. DO IMPERADOR, 772 - SOBRELJ. 13 - CENTRO
TEL.: (24) 2245-3453

• MOGI - SP

AV. VEREADOR NARCISO YAGUE GUIMARÃES, 1.001
- L.J. 303 - TEL.: (11) 4796-9520

CURSOS

EXCEL ESCOLA DE IDIOMAS

www.excelidiomas.com.br

50% NAS MENSALIDADES ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO. MATRÍCULA E PRIMEIRO MATERIAL GRÁTIS.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. LOPES DA CRUZ, 61 - MÉIER
TEL.: (21) 2597-8203/2596-9917

R. ANGÉLICA MOTA, 343 - SOBRELJ. - OLARIA

TEL.: (21) 2590-5145/3976-1977

AV. SANTA CRUZ, 143 - REALENGO

TEL.: (21) 3159-6599/2402-8704

AV. N. SRA. DAS GRAÇAS, 598 - S. JOÃO DE MERITI

TEL.: (21) 2656-6005/2755-1932

EDUCAÇÃO E ENSINO

ATCHIM CRECHE ESCOLA

www.atchim.com.br

10% NAS PARCELAS DA ANUIDADE ESCOLAR. NÃO INCLUIDOS: ALIMENTAÇÃO, MATERIAL E EXTRAS.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. PROF. SALDANHA, 150 - JARDIM BOTÂNICO

TEL.: (21) 2266-0046

INFOCOOP

15% NO VALOR DAS MENSALIDADES - MBAs CHANCELADOS PELA FUNCEFET/RJ E ADMINISTRADOS PELA INFOCOOP, IN COMPANY OU NOS ENDEREÇOS DIVULGADOS.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. DO CARMO, 65/3º ANDAR - CENTRO

TEL.: (21) 2232-2399

• NITERÓI - RJ

R. DA CONCEIÇÃO, 188 - SLS. 1.701/1.706/1.707 - CENTRO - TEL.: (21) 2629-7587/2613-5014

• MACAÉ - RJ

R. CONDE DE ARARUAMA, 346 - CENTRO

TEL.: (22) 2762-2000

• CAMPOS - RJ

R. BARÃO DE MIRACEMA, 328 - CENTRO

TEL.: (22) 2733-3371

FARMÁCIAS E DROGARIAS

DROGARIA BOA SAÚDE

www.redeboasaude.com.br

10% À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU CARTÃO DE CRÉDITO. VÁLIDO SOMENTE PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. SIMÃO CRISTINO, S/Nº - LT. II - QD. M - BANGU
TEL.: (21) 3333-2939/2403-4939

AV. EMBAIXADOR ABELARDO BUENO, 3.050 - L.J. 02

BARRA DA TIJUCA

R. BARATA RIBEIRO, 560 - L.J. C - COPACABANA

R. IPERO, 105 - LJS.B/C - JACAREPAGUÁ

R. LOMAS VALENTINAS, 124 - L.J. B - REALENGO

TEL.: (21) 3467-8302

• NITERÓI - RJ

ESTR. CAETANO MONTEIRO, 02 - L.J. 102 - PENDOTIBA
TEL.: (21) 2617-0832

• IGUAIBA GRANDE - RJ

R. PAULINO PINTO PINHEIRO, 133 - L.J. A - CENTRO
TEL.: (22) 2624-1450/2624 -1014

• DUQUE DE CAXIAS - RJ

R. PEDRO LESSA, 42 - L.J. - GRAMACHO

TEL.: (21) 2674-4097/2671-7687

AV. GENERAL RONDON, 2.178 - L.J. C - GRAMACHO

TEL.: (21) 2783-4393/2652-8533

• SANTA CRUZ - RJ

PÇA. BAHIA, S/Nº - L.J. E - TEL.: (21) 2679-4131

HOTEL

PORTO REAL RESORT

www.portorealresort.com.br

20% TARIFA BALÇÃO E 10% TARIFA PROMOCIONAL.

• MANGARATIBA - RJ

ROD. BR 101 - TRECHO RIO-SANTOS KM 454, ANTIGO
KM 64 - CENTRO - TEL.: (21) 2685-6868

LIVRARIAS

TECHNICAL BOOKS LIVRARIA

www.technicalbooks.com.br

20% NAS COMPRAS À VISTA EM ESPÉCIE OU CHEQUE.

• RIO DE JANEIRO - RJ

R. GONÇALVES DIAS, 89/2º ANDAR - SL. 207 - CENTRO
TEL.: (21) 2252-3299/2224-3177/2531-9027

MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

A TRICOLOR

15% À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU VISA ELECTRON, 7% PARCELADO EM DUAS VEZES NO CARTÃO DE CRÉDITO SEM JUROS OU CHEQUE PARA 30 E 60 DIAS E 5% PARCELADO EM ATÉ QUATRO VEZES SEM JUROS.

• CATU - BA

PÇA. LOURENÇO OLIVIERI, 41 - CENTRO

TEL.: (71) 641-1004

PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES

REAL MÉDICA

5% À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU CARTÃO DE CRÉDITO.

• RIO DE JANEIRO - RJ

AV. AYRTON SENNA, 1.850 - L.J. 103 S - BARRA DA
TIJUCA - TEL.: (21) 2430-3137

RESTAURANTE, CHURRASCARIA, BARES E SIMILARES

AROUCHE BEER

10% À VISTA EM ESPÉCIE, CHEQUE OU CARTÃO DE CRÉDITO.

• SÃO PAULO - SP

LGO. DO AROUCHE, 130 - CENTRO

TEL.: (11) 3331-6633

ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

CCBEUC • CAMPINAS - SP

10% NAS MENSALIDADES DOS CURSOS DE INGLÊS JÚNIOR, PRÉ-TEEN, TEENAGER, STARTER, INTERMEDIATE, PRÉ-INTREMEDATE, ADVANCED, HIGHER-ADVANCED, HIGHER CONVERSATION E BUSINESS FLUENCY.

GRUPO PORÇÃO • RIO DE JANEIRO - RJ

20% NA TARIFA INTEGRAL, RODÍZIO OU BUFFET EXTENSIVO AOS ACOMPANHANTES DA MESA. DESCONTO NÃO CUMULATIVO COM OUTRAS PROMOÇÕES EM VIGÊNCIA, VÁLIDO DE 2ª A SÁBADO - EXCETO FERIADOS.

NOVA FILIAL

CCAA • RIO DE JANEIRO - RJ

PROMOÇÃO DE INAUGURAÇÃO - 50% PARA NOVOS ALUNOS NO 1º PERÍODO.

R. BUENOS AIRES, 57/2º ANDAR - CENTRO
TEL.: (21) 2507-7878/2507-7050

IV Concurso de Contos Petros

*“Petrobras
na minha vida”*

As inscrições vão até
19/03/2004.

Participe!

Confira em
www.petros.com.br